

O início do reinado de D. João IV sob a perspectiva da ‘razão de Estado’

CASSIANA M. M. GABRIELLI¹

D. João IV, aclamado em 1640 primeiro rei da dinastia de Bragança, buscou o reconhecimento para sua permanência no poder enfrentando inúmeros obstáculos à concretização de seu intento. Com a conjura de 1º de dezembro ascendeu ao trono português o neto sucessor de D. Catarina, filha do infante D. Duarte que, por sua vez, era filho de D. Manuel I. Mesmo assim sua legitimidade parecia bastante precária, ante um apoio incerto da população. A própria figura de D. João não atingia um consenso na aristocracia, bem como no alto clero do reino. Logo no arranjo da conjura foi preciso garantir a participação popular, além de ampliar o grupo de fidalgos que integrava o movimento. A partir de então, os problemas enfrentados pelo duque de Bragança ao subir ao trono referiram-se à guerra com a Espanha, a fim de obter o reconhecimento da independência portuguesa, o que também lhe causou prejuízos na corte papal.

Nesse sentido podemos entender D. João IV como o príncipe novo, sendo o introdutor de uma nova ordem, ao qual Maquiavel, por meio de *O príncipe*, oferece conselhos e orientações. Não tendo conseguido o seu estado por via hereditária – ainda que tal legitimidade tenha sido invocada – e sim por conquista, a dificuldade seria maior para o príncipe novo manter-se no poder e conservar o seu *status*. Citando o autor florentino:

Devemos convir que não há coisa mais difícil de se fazer, mais duvidosa de se alcançar, ou mais perigosa de se manejar do que ser o introdutor de uma nova ordem, porque quem o é tem por inimigos todos aqueles que se beneficiam com a antiga ordem, e como tímidos defensores todos aqueles a quem novas instituições beneficiariam².

O príncipe novo necessita assegurar os limites de seu território, firmando alianças com outros líderes ou combatendo seus inimigos por meio da guerra. É justamente sobre o tema da guerra que Maquiavel mais se debruça em sua obra, destacando o seu papel:

Deve, portanto, um príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que convém a quem

¹ Doutoranda em História Social da Universidade de São Paulo, bolsista Fapesp sob orientação do professor Pedro Puntoni.

² Nicolau Maquiavel. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 25.

comanda. É de tanta *virtù* que não só mantém aqueles que já nasceram príncipes, como também muitas vezes permite que homens de condição privada ascendam ao principado. Inversamente, vê-se que os príncipes que pensam mais em refinamento do que nas armas perdem sua posição. A primeira razão que te leva a perdê-la é negligenciar esta arte, e a razão que te faz conquistá-la é ser versado nela³.

A presente análise tem como foco a correspondência entre D. João IV e o marquês de Niza⁴ – então conde da Vidigueira – embaixador em Paris, na qual aparecem as negociações referentes a assuntos muito importantes para a nova dinastia, abordados a seguir. Sendo assim, busca-se compreender como tais assuntos foram tratados no início do reinado e como o primeiro monarca Bragança valeu-se da “razão de Estado”⁵.

Necessitando de apoios – diplomático, militar e financeiro –, o recém aclamado D. João IV foi buscá-lo na França, em guerra contra a Espanha desde 1635, em meio à política dos cardeais. A opção por uma aliança com a Inglaterra revelava-se dificultosa, dada a situação da política interna inglesa. Inevitavelmente, Portugal deixou-se cair na dependência de seu aliado, visto que para todos os problemas na corte de Lisboa, apontados na referida correspondência, buscava-se a solução através dos representantes de Paris: a guerra com a Espanha; a paz com a Holanda, ante sua ofensiva no ultramar; e o aceite de um representante português em Roma. D. João IV agia então no sentido contrário à disposição maquiaveliana de não se fazer aliança com potências mais fortes, havendo o risco de ter a sua política submetida⁶.

Em carta de D. João IV, de 1642, apresentam-se concepções características do pensamento maquiaveliano. O texto trata dos sucessos da guerra contra a Espanha, expressando o monarca português:

E eu estou com intento, de em despachando as armadas, me avizinhar à fronteira para dar calor à guerra, e mostrar a El Rey Cristianíssimo, e meus aliados que conheço a ocasião, de quebrantar a nosso inimigo, e procuro aproveitá-la, e reduzi-lo aos termos de nossas conveniências, como espero o mostrarão os sucessos [...]’.

Neste excerto, D. João IV utiliza ideias que integram o pensamento de Maquiavel, afirmando que pretende aproveitar a ocasião que a fortuna lhe apresenta para agravar a guerra contra a

3 Idem. p. 69.

4 Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao conde da Vidigueira (marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940. vol. 1.

5 Ainda que Maquiavel não tivesse utilizado a expressão “razão de Estado”, esta carregava consigo o espectro das ideias maquiavelianas, pois sugeria a racionalidade estatal para conduzir os governos e, conseqüentemente, alcançar a conservação do poder. A concepção de razão de Estado gera então uma preocupação com a “arte política”, entendida como um conjunto de regras que o soberano deveria seguir, considerando-se também as experiências provenientes do exercício de seu cargo, visando à afirmação de seu poder. Giovanni Botero, Pedro Rivadeneyra, Saaavedra Fajardo e Pedro Barbosa Homem foram alguns dos autores que abordaram este assunto, demonstrando sua oposição em relação às ideias de Maquiavel. Luís Reis Torgal. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982. p. 136-139, vol. 2. Conforme Senellart, “a arte de governar aparece, assim, ligada ao cálculo, à maquinação, a práticas complicadas e ocultas: *arcana imperii*, mistérios ou segredos de Estado, para empregar o vocabulário do século XVII”. Michel Senellart. *As artes de governar. Do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 12.

6 “Deve-se acentuar que um príncipe deve estar atento para não fazer jamais aliança com alguém mais poderoso do que ele, visando a atacar outrem, exceto quando premido pela necessidade, pois, se ele vencer, o príncipe estará preso a ele e príncipes devem evitar ao máximo estar sob dependência de outros”. Nicolau Maquiavel. *Op. cit.*, p. 108.

7 *Carta de D. João IV ao conde embaixador em França*. Lisboa, 11 de maio de 1642. Laranjo Coelho. *Op. cit.*, p. 4, vol. 1, grifos nossos.

Espanha, valendo-se de sua *virtù* para tornar a situação favorável a Portugal, conforme fosse conveniente. Mas qual seria o plano do monarca português?

A obra de Maquiavel, segundo Martim de Albuquerque, foi conhecida na península ibérica através de outros autores⁸. No entanto, houve em Portugal uma restrita elite político-intelectual que teve acesso à obra de Maquiavel, como D. Vicente Nogueira, que ocupou importante posição na corte de D. João IV. "Este acesso, contudo, dava-se por edições estrategicamente mutiladas que tornavam as obras menos ofensivas aos interesses políticos da Igreja Católica"⁹. D. Vicente Nogueira presenteou o secretário de Estado Pedro Vieira da Silva com um exemplar dos *Discorsi politici e militari di Amodio Niccolucci* – anagrama de Maquiavel – trazido de Roma¹⁰. Nesse sentido, há indícios de que o primeiro monarca Bragança tenha lido o autor florentino, pois os escritos deste circulavam na corte.

Em carta do monarca ao marquês de Niza, de 16 de fevereiro de 1643, consta:

O bom ânimo que achastes em El Rey Cristianíssimo para minhas coisas, espero que com ele e com vossa prudência se adiante muito essa embaixada, e porque a maior parte dela pende d'El Rey de França conservar o governo e ministros de que até agora se assistiu, vos hei por mui encomendado ajudeis a conservação desse governo, quanto vos for possível, procurando ter toda a boa correspondência com o cardeal e mais ministros, e eu pelo que me tocar não faltarei de minha parte a tudo o que for necessário, para que El Rey Cristianíssimo, o cardeal e os mais de seu séquito tenham toda a confiança em minha amizade [...] bem entendo que as contínuas guerras em que El Rey Cristianíssimo está empenhado, de que todos os seus amigos e aliados recebemos a utilidade, que nos é notório, não darão lugar a me acudir com empréstimo de dinheiro que lhe mandei propor¹¹..

A correspondência evidencia como a monarquia portuguesa fiava-se na confiança do auxílio diplomático e militar francês – ainda que o empréstimo solicitado não fosse possível – buscando reafirmar, mediante quaisquer esforços, a amizade entre as coroas¹².

A conjuntura de guerra evidenciada por toda a correspondência compreende o conflito direto entre Portugal e Espanha; a guerra na Catalunha, entre França e Espanha, inserida na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648); e a difícil negociação de trégua e paz entre Portugal e Holanda, dadas as ofensivas nas conquistas ultramarinas. A documentação revela que em todas essas ocorrências havia alguma atuação francesa, a fim de ajudar a nova dinastia de Bragança no reconhecimento de sua independência, bem como na obtenção da paz com Espanha e Holanda. No entanto, a correspondência diplomática destaca que nem sempre a coroa francesa esteve disposta a auxiliar D. João IV no que ele necessitasse, mas sim no que fosse mais interessante à política dos cardeais. O monarca português declara:

8 Martim de Albuquerque. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

9 Pablo Antonio Iglesias Magalhães. *Equus rusus*: a Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654). Salvador: Tese de doutorado em História, Universidade Federal da Bahia, 2010. p. 34.

10 Idem. p. 35.

11 *Carta de D. João IV ao embaixador de França*. Lisboa, 16 de fevereiro de 1643. Laranjo Coelho. *Op. cit.*, p. 35-36.

12 É importante lembrar que, decorrido menos de dois meses da aclamação de D. João IV, o rei enviou cartas a Luís XIII e ao cardeal Richelieu, a fim de conseguir o apoio francês à causa portuguesa. Assim, percebe-se que desde os primeiros momentos de seu reinado, o Bragança tentava aproximar-se à potência que lhe poderia ajudar a confrontar a Espanha. Divisão Geral de Arquivos / Torre do Tombo. *Coleção de São Vicente*, livro 14, fl. 21 e 22.

Porque não me sinto tão destituído de forças, valor, e cabedal, que não possa resistir, e vencer a meu inimigo, e verá o mundo uma coisa tão alheia dos homens, como é faltar-me agora um tão grande príncipe na ocasião mais importante com escândalo dos mais aliados, que é força, entendam deste termo que as assistências de El Rey Cristianíssimo, para os amigos, se medem só por suas comodidades, servindo-lhe este desengano de escarmento para o diante¹³.

A simples conjuntura de guerra, bem como sua disposição geográfica, já favoreciam a política francesa, pois as batalhas na fronteira dos reinos ibéricos dividiam as atenções com as tropas espanholas na Catalunha. Atrelada a alianças com Holanda e Suécia na Guerra dos Trinta Anos, a França não dispensaria os seus antigos aliados em favor de Portugal. E estando vinculada àquelas, ofereceu grande resistência a uma aliança com D. João IV, como demonstra a seguinte carta:

E acudindo a coroa de França à da Suécia, aos Estados Unidos [Holanda], e a outros príncipes, com tão grossos socorros de dinheiro, e gente todos os anos para continuarem a guerra contra a Casa de Áustria, não achou Portugal em França, o que em França acharam todos os demais aliados, que nem pelo pretexto, nem pela religião, nem pela conveniência mereciam igual favor¹⁴.

Sendo assim, o monarca português iniciou as negociações para “emparentar” com a casa real francesa, buscando estabelecer o matrimônio entre seu filho primogênito D. Teodósio e a duquesa de Montpensier, além de também procurar um pretendente para a infanta D. Joana. Todavia, o casamento não se confirmou, assim como uma aliança formal luso-francesa.

No congresso de Münster, que reuniu os envolvidos na Guerra dos Trinta Anos, a coroa portuguesa tentou integrar o encontro para participar das negociações de paz, enviando um plenipotenciário¹⁵. Ao mesmo tempo, contava-se com o suporte do cardeal Mazarino, acreditando que o enviado francês ao congresso intervisse em favor da causa dos Braganças, não se aceitando por parte da coroa francesa acordo ou trégua que não incluísse Portugal. Nessa condição a política portuguesa encontrava-se, mais uma vez, na dependência da França, aliada mais poderosa. Mesmo assim, destacavam-se as razões pelas quais seria melhor ter a potência como aliada:

Convém muito examinar cada uma das coisas que França quer de nós e quanto lhe podemos conceder ou remeter, sem chegar a por a honra e reputação em perigo considerando sempre que ainda duram as mesmas razões, que nos obrigaram aceitar paz com a França com condições tão desiguais antes que agora, não porque estejamos com menos poder do que então havia, mas porque a maior importância de entrarmos na paz geral é o perigo de França se confederar com Castela nos empenha mais em sua dependência¹⁶.

D. João IV acreditava que: “se França se unir comigo, verdadeiramente é impossível a ruína

13 *Carta de D. João IV ao embaixador Luís Pereira de Castro*. Lisboa, 30 de janeiro de 1644. Laranjo Coelho. *Op. cit.*, p. 115.

14 Laranjo Coelho. *Op. cit.*, p. 222.

15 Os ministros plenipotenciários eram considerados representantes de “segunda ordem”, sendo enviados ao estrangeiro para representar Portugal em negociações internacionais. Nuno Gonçalo Monteiro & Pedro Cardim. ‘La diplomacia portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias’. In: *Cuadernos de Historia Moderna*, vol. 30, 2005. p. 12.

16 *Carta de D. João IV a Luís Pereira de Castro*. S/d. Laranjo Coelho. *Op. cit.*, p. 102-103, grifos nossos.

do reino"¹⁷.

Maquiavel expressa que uma das condições para um príncipe novo poder governar por si mesmo é possuir homens e dinheiro, ambos para compor os seus exércitos, pois assim não necessitaria da ajuda de outros para a sua defesa. D. João IV encontrava-se na situação oposta, já que a economia do reino não ia bem. Além dos prejuízos causados pela ocupação neerlandesa em Pernambuco, não havia homens suficientes, preparados e equipados para levar adiante a guerra sem auxílio externo. Ante tal quadro, a aliança – não concretizada – ou a busca de qualquer auxílio proveniente da França parecia inevitável, dado o inimigo comum.

Ainda que possa parecer controverso, a tentativa de aliança com a monarquia francesa – inclusive com esforços de unir as casas reais de Bourbon e Bragança por meio de matrimônio – deve ser compreendida de acordo com a "razão de Estado". O príncipe novo D. João IV, caso renunciasse à influência e, porque não, à supremacia francesa, ficaria à mercê do poderio espanhol, estando o reino em dificuldades financeiras e militares. O sucesso da ofensiva espanhola poderia ser uma questão de tempo... Segundo Maquiavel,

De todos os estados infelizes, o mais infeliz é aquele de um príncipe ou de uma república que se encontra em tal condição que não pode viver em paz nem sustentar uma guerra: a tal condição reduzem-se aqueles que são demasiadamente prejudicados pelas condições de paz; por outro lado, se quiserem entrar em guerra, precisarão cair nas garras de quem os ajude ou nas do inimigo¹⁸.

A própria carta do monarca português a Luís Pereira de Castro, cujo excerto foi citado acima, expressa tal posição: seria melhor aliar-se à França contra a Espanha, a esperar as duas monarquias firmarem a paz, o que colocaria a França na guerra contra Portugal, que ficaria isolado. Sendo assim, o outrora duque de Bragança optou pelo alinhamento junto à monarquia francesa. A aparente fragilidade da política de D. João IV atendeu às necessidades do reino, pois o que tinha a oferecer no dado momento à França era o confronto com a Espanha, justamente atendendo aos interesses de Paris. Logo, o soberano soube utilizar a guerra com habilidade e prudência, atraindo a ajuda militar da França. Como o principal objetivo do príncipe novo é manter-se no poder, conservando o território conquistado, o monarca português tinha como melhor opção a aliança francesa, ainda que fosse preciso fazer algumas concessões. O plano da monarquia portuguesa consistia em obter o apoio de alguma potência que pudesse confrontar a Espanha, com o intuito de manter a sua independência. Conforme escreveu Maquiavel, "em todas as nossas deliberações, devemos considerar aquilo que apresenta menos inconvenientes e tomá-lo por melhor decisão: porque nunca há nada que seja de todo nítido e sem suspeitas"¹⁹.

Com "a razão de Estado", os governantes europeus atuam de modo a dispor da melhor forma os artifícios que têm para encaminhar a sua política, estabelecendo as táticas adequadas para a obtenção de suas metas. A arte política, ou a política como arte, ganha espaço. Na tentativa de unir arte política e religião, surge uma concepção de "política cristã" e também uma "razão de Estado católica"²⁰, repudiando-se assim as ideias maquiavelianas, entendidas como laicas,

17 *Carta de D. João IV para o embaixador de França*. Lisboa, 12 de novembro de 1645. Laranjo Coelho. *Op. cit.*, p. 284.

18 Nicolau Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 264.

19 *Idem*. p. 30.

20 Giovanni Botero foi o responsável por divulgar o conceito de "razão de Estado", até então considerado essencialmente maquiavélico. Em sua obra, "Da razão de Estado", evidencia-se a consciência "de que o Estado possui mecanismos próprios e, para se conservar e fortificar, precisa de conhecer e saber aplicar determinados processos de atuação". Luís Reis Torgal. *Op. cit.*, vol. 2. p. 139.

amorais e irreligiosas. Conforme Torgal, “as concepções de ‘política cristã’ e de ‘razão de Estado católica’ significam, pois, a consciência da dimensão própria da ‘política’, ainda que impliquem a subordinação aos valores do catolicismo”²¹.

Revela-se importante perceber a ambigüidade presente na atuação de D. João IV. Conduzindo a sua política de modo a conservar-se no poder, D. João IV apoiou-se na “razão de Estado”, mas sem deixar de reivindicar o reconhecimento de sua ascensão ao trono por parte do papa, negociando a aceitação de um representante da monarquia portuguesa na corte de Roma. D. João IV age como promotor do catolicismo e de sua expansão, como se esperava de um monarca português. Logo, o soberano não adota uma postura maquiavélica na condução de seu governo, mas apresenta uma dada arte política, não dissociada da religião.

Nesse sentido, D. João IV utiliza-se da “razão de Estado” no seu exercício político, com o intuito de afirmar a dinastia de Bragança – através do apoio francês – a fim de se consolidar a independência contra a Espanha, mantendo-se assim no poder. O monarca dispôs então dos meios que possuía para alcançar seu objetivo, apesar da paz com a Espanha ter sido firmada apenas em 1668. Além de conduzir as manobras que visavam à aliança com a monarquia francesa, a fim de obter auxílio nos conflitos em que se encontrava, D. João IV buscava ainda manter suas possessões ultramarinas, ameaçadas pelos neerlandeses. Como a “razão de Estado” visa a favorecer a manutenção de um governo sobre dado território, é bom lembrar que isso também inclui os territórios coloniais, ultrapassando os limites do contexto europeu. Somente um reino com o efetivo domínio sobre seu território, mantendo o seu *status*, poderia avançar na conquista de outros locais. Daí a urgência de fortalecer o governo metropolitano, a fim de agir também em defesa das possessões ultramarinas.

21 Idem. vol. 2. p. 138.